



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATA

1ª REUNIÃO DO COMITÊ INSTITUCIONAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - EXERCÍCIO 2017

Data: 22 de março de 2017

Horário: das 15h às 17h

Local: Centrejufe

Participantes	Cargo e Unidade
Wânia Maritíça Araújo Vieira	Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação e representante do Diretor-Geral na reunião
Alexandre José Amaral Ferreira	Diretor da Secretaria Judiciária
Alex Amorim de Sousa	Secretário-Executivo da Coordenação dos Juizados Especiais Federais
Renato A. Miranda	Representante da Assessoria da Corregedoria Regional
Raquel Lopes Jorge	Secretária-Executiva da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região
Marcos Barbosa Andrade	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
Marília André S. M. Graça	Diretora da Secretaria de Controle Interno
Ionice de Paula Ribeiro	Diretora da Secretaria de Bem-Estar Social
Maria do Carmo Cezário Corrêa	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Márcio da Silva Albuquerque	Diretor do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores da 1ª Região
José Galébio de Aguiar Rocha	Diretor da Secretaria de Administração, em substituição
Adelson Vieira Torres	Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, em substituição
Ivani Luiz Moraes	Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Rênia Alves Machado	Diretora do Núcleo de Governança da Tecnologia da Informação
Rafaela Alvim Possas Bastos	Supervisora da Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos
Renato Lopes Vasconcelos	Supervisor da Seção de Gestão de Projetos Estratégicos
Vânia Regina Fernandes	Representante da Divisão de Planejamento Estratégico

1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pela Diretora da Secge, que justificou a ausência do Diretor-Geral por conta da presença dele em outra reunião no mesmo horário, para tratar do orçamento consignado ao Tribunal. Inicialmente foi apresentado um breve panorama do cumprimento das Metas pelo tribunal ao final de 2016. Devido ao CJF somente ter aprovado o Glossário de Metas de 2017 dois dias antes da reunião, os dados referentes a 2017 ainda encontravam-se em fase de consolidação, e serão apresentados em uma próxima oportunidade.

2. Resultado das Metas

A 1ª Região se destacou no resultado das Metas 1 e 7. Na produtividade (meta 1 - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), o índice chegou a 101,8%, o maior da Justiça Federal. Quanto à meta 7 - baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novo criminais no ano corrente -, o percentual de 117,2% alcançado não foi o maior índice, mas superou os outros TRFs em números absolutos, que chegaram a 14.753 processos baixados e 16.535 processos julgados.

Com relação às demais metas, os seguintes resultados foram apresentados pela 1ª Região:

Meta 2	Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 nos 1º e 2º graus	71,3%
	Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no JEF e TR	96,5%
	Julgar 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º e 2º grau	126,8%
	Julgar 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013	138,5%
	Julgar 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013	110,3%
Meta 3	Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior	83,7%
Meta 4	Julgar, pelo menos, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014	34,5%
Meta 5	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos distribuídos no ano corrente	86,1%
Meta 6	Julgar 100% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º e 2º graus	39,6%
Meta 8	Julgar, pelo menos, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014	51,5%
Meta 9	Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior	97,6%
Meta 10	Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior	93,1%

Meta 11	Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada região para 100%, até 2020.	90%
Meta 12	Manter, em todos os anos, o absenteísmo dos magistrados abaixo ou igual a 3%	100%
Meta 13	Manter, em todos os anos, o absenteísmo dos servidores abaixo ou igual a 3%	93,4%
Meta 14	Atingir 100% de adesão de magistrados ao exame periódico de saúde	13%
Meta 15	Atingir 100% de adesão de servidores ao exame periódico de saúde	29,1%
Meta 16	Alcançar 70% de satisfação dos magistrados com o clima organizacional até 2020	Pesquisa CJF (ainda não efetuada)
Meta 17	Alcançar 70% de satisfação dos servidores com o clima organizacional até 2020.	Pesquisa CJF (ainda não efetuada)
Meta 18	Atingir 90% de aderência às práticas de gestão estratégica da Justiça Federal (meta de 55 pontos)	58,6 pontos

3. Iniciativas Estratégicas

Em seguida, foi apresentada uma breve contextualização da execução da estratégia na Justiça Federal da 1ª Região, no que tange às iniciativas (projetos, programas e ações) estratégicas e operacionais. Em meados de 2016, a carteira de iniciativas estratégicas do tribunal era composta por 39 ações. Algumas já tinham sido cumpridas e outras estavam em andamento, quando vieram as notícias dos severos contingenciamentos orçamentários por conta do cenário econômico do país, além das discussões acerca da proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos, confirmadas pela Emenda Constitucional 95/2016.

De forma proativa, os Cípes do TRF1 e das seccionais se reuniram em caráter extraordinário para reanalisar cada uma das iniciativas estratégicas, levando-se em consideração a redução na disponibilidade de recursos do tribunal. Algumas iniciativas foram reclassificadas como operacionais, e outras foram adiadas ou canceladas, tendo-se como resultado no TRF1 a publicação da Portaria Presi 388/2016 - que adequa a carteira para conter tão somente as iniciativas estratégicas com garantia de recursos financeiros e orçamentários em 2016. Em adição, foi publicada a Portaria 387/2016 aprovando a carteira com ações estratégicas para 2017. Por fim, tem-se um dos itens da pauta da reunião presente: consolidar as propostas para o Plano de Ação-TRF1 2018.

Houve uma breve explanação para o questionamento de existir uma multiplicidade de Planos de Ação, que são definidos anualmente por conta da questão de alocação orçamentária. Ficou esclarecido que o portfólio de iniciativas em vigência é uno, sendo composto pela consolidação das propostas em andamento apresentadas anualmente nas carteiras de iniciativas estratégicas - conforme quadro a seguir:



Desta forma, em momento anterior ao da reunião, a carteira consolidada possuía 18 iniciativas no total, sendo que: 1 tinha sido concluída desde a última reunião do Cipe-TRF1; 8 estavam em andamento dentro do prazo previsto; 9 encontravam-se com algum atraso em relação à linha de base; e 4 estavam sobrestados ou suspensos:

Projeto/ação	Farol	Status	Prazo para conclusão
PROJETO NACIONAL - Serviço de Evolução do Sistema de Cálculos da Justiça Federal (SCJF)	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2017
PROJETO NACIONAL - Pesquisa sobre demandas repetitivas na Justiça Federal	● (vermelho)	Sobrestado/suspensão	Dez/2020
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2018
Gestão de riscos nos processos de compras governamentais	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2017
Estudos para viabilização de criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma cerrado na 1ª Região	● (vermelho)	Sobrestado/suspensão	Jul/2015
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Jul/2017
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da 1ª Região	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2019
Gestão de Projeto da Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Jan/2022
Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2017
Transparência de TI - TTI	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Mai/2017

Gestão de Demandas de TI - GDTI	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Fev/2017
Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde - EPS	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2020
Desenvolvimento do Sistema de Agendamento de Audiência de Conciliação	● (azul)	Concluído	Fev/2017
Sistema Integrado de Autuação e Automatização por Completo da Pesquisa de Prevenção (SIAP)	● (vermelho)	Sobrestado/suspensão	Dez/2017
Automação da produção de documentos da 1ª Região: implantação do e-Cint no 2º Grau e melhoramento do TRF1-doc	● (vermelho)	Sobrestado/suspensão	Dez/2017
Projeto de Adequação da Ferramenta de BI às Necessidades da 1ª Região	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2017
Implantação da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) – PENTIC, com nivelamento de infraestrutura de TI – PNITI	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2017
Reestruturação da Secretaria de Controle Interno e elaboração de modelo para as unidades correlatas nas seccionais	● (verde)	Em andamento no prazo	Jul/2017

Na sequência o Cipe-TRF1 discorreu sobre os projetos um a um, tecendo as seguintes observações sobre alguns destes:

Projeto/ação	Observações
Sistema Integrado de Autuação e Automatização por Completo da Pesquisa de Prevenção (SIAP)	Está aguardando sua implementação de acordo com a lista de prioridades da Secju e Coger. Como está dentro do prazo global para conclusão, previsto para Dez/2017, o farol/status do projeto foi corrigido para ● (verde)/Em andamento no prazo.
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	Foi enfatizada pela Ascom a necessidade de se concluir a ação de visitas aos setores, sob responsabilidade da Diple. Existe a previsão desta ação ser executada ainda no primeiro semestre deste ano.
Estudos para viabilização de criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma cerrado na 1ª Região	Os estudos em si foram realizados no prazo previsto. A sua viabilização permanece condicionada a alteração na determinação do CJF, que determinou o sobrestamento das ações que versem sobre criação de varas; em virtude disso, o Cipe-TRF1 decidiu torná-lo projeto operacional até que o cenário mude e possibilite a sua continuidade.
Gestão de Projeto da Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região	O projeto, na forma em que encontra-se discriminado, repercute em divergência de entendimentos quanto à nomenclatura, unidade responsável, escopo e entregas do projeto que faz parte da carteira atual. Por isso, foi decidido que os responsáveis pelas divisões envolvidas nos dois projetos - Dieng e Divob (gestão e execução) deverão se reunir com o Diretor-Geral para esclarecer os pontos de divergência, em especial confirmar se o escopo do projeto é a construção da nova sede, uma vez que não se entendeu como projeto estratégico a gestão de um projeto. A partir dessa definição o Comitê apreciará novamente o tema, revisando as informações constantes na carteira, bem como decidindo se recomenda ou não que o projeto permaneça estratégico ou passe a ser operacional.
Gestão de Demandas de TI - GDTI	A licitação da solução foi concluída. O prazo para conclusão do projeto foi ajustado para Abril/2018, correspondendo ao prazo previsto em contrato.
Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde - EPS	O Comitê optou por retirar este projeto da carteira de iniciativas estratégicas, tornando-o operacional. Seu escopo poderá ser revisto conforme a necessidade de se dar continuidade ao projeto. No momento, permanecerá sobrestado.
Automação da produção de documentos da 1ª Região: implantação do e-Cint no 2º Grau e melhoramento do TRF1-doc	Secju e Secin revisaram a pertinência da continuidade deste projeto, e ficou decidido que este deveria ser cancelado.
Projeto de Adequação da Ferramenta de BI às Necessidades da 1ª Região	Está em andamento no prazo, contudo o Termo de Referência da contratação da solução encontra-se há algum tempo em análise pela áreas de licitação e compras. Ficou decidido que as áreas sejam contatadas para priorizar o andamento deste projeto.
Implantação da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) – PENTIC, com nivelamento de infraestrutura de TI – PNITI	Verificou-se que o prazo constante na carteira está distinto do informado no respectivo Termo de Abertura do Projeto. Por tanto, o prazo e o farol foram corrigidos: Dez/2020, e ● (verde)/Em andamento no prazo. Em adição, foi solicitado que o nome do projeto seja atualizado para "Estratégia de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região – PrETI-JF1".
Reestruturação da Secretaria de Controle Interno e elaboração de modelo para as unidades correlatas nas seccionais	Está em andamento no prazo, e foi informado que a Seção Judiciária de Minas Gerais optou por fazer por conta própria a reestruturação da sua área de Controle Interno, adiantando assim algumas entregas. O prazo final continua mantido para Jul/2017.

Por fim, foram apresentadas 4 novas propostas de projetos para o Plano de Ação 2018, e aberta a palavra para manifestação dos responsáveis:

Projeto/ação	Prazo para conclusão	Observações	
Implantação do sistema SERH do TRF4 na Justiça Federal da Primeira Região	Dez/2019	Atribuído à Secin, e é decorrente da conclusão do projeto Estudos para modernização do sistema de Recursos Humanos - este de responsabilidade da Secgp. Nos autos do processo SEI 0026901-37.2016.4.01.8000 há deliberação	Propo: inici

		da Diges em autorizar a inclusão do projeto na carteira de iniciativas estratégicas, inclusão posteriormente ratificada pelo Cipe-TRF1 na reunião corrente.	
ePrecWeb	Jul/2017	Não tem gerente de projeto designado. Será avaliado pela Secin em conjunto com a Corej o gerente do projeto. O Sistema está em fase de homologação. O prazo para conclusão do projeto é Jul/2017.	Propo: inici
Processamento Inteligente de Demandas Judiciais - Procin-Jud	Mai/2019	É um programa que envolve diversos projetos que visam adequar a forma de trabalho do tribunal, com o fim de atender ao novo CPC e a Resolução CNJ 235. Possui entregas já concluídas, como a criação do Nugep, e outras em andamento.	Propo: inici
Regulamentação do Quantitativo Padrão de Equipamentos de Microinformática na JF1	A ser informado	Proposta deliberada via e-mail entre os membros do Cipe-TRF1, e aprovada em tempo hábil.	Propo: inici

Demais pontos relevantes:

- Foi levantada a questão de se definir qual é a unidade responsável em projetos que envolvem a implantação de sistemas na área de TI, geralmente atribuídos à Secin.

- A equipe do Escritório de Projetos Estratégicos solicitou auxílio junto aos membros do Cipe-TRF1, no intuito de que entrassem em contato com os gerentes de projeto das suas respectivas unidades e acompanhassem de perto o seu andamento, a fim de envidar esforços para alavancar a execução dos projetos que constem na carteira - principalmente aqueles que estão com o farol amarelo ou vermelho.

4. Apresentação da carteira atualizada de iniciativas estratégicas do TRF 1ª Região

Após as deliberações do Cipe-TRF1 na reunião, o Plano de Ação do TRF 1ª Região para 2018 passa a ter a seguinte configuração:

Projeto/ação	Farol	Status	Prazo para conclusão
PROJETO NACIONAL - Serviço de Evolução do Sistema de Cálculos da Justiça Federal (SCJF)	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2017
PROJETO NACIONAL - Pesquisa sobre demandas repetitivas na Justiça Federal	● (vermelho)	Sobrestado/suspensão pelo CJF	Dez/2020
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2018
Gestão de riscos nos processos de compras governamentais	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2017
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Jul/2017
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da 1ª Região	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2019
Gestão de Projeto da Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região (INICIATIVA EM PROCESSO DE REVISÃO)	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Jan/2022
Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Dez/2017
Transparência de TI - TTI	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Mai/2017
Gestão de Demandas de TI - GDTI	● (amarelo)	Em andamento no prazo global, mas com atraso em prazos parciais	Abr/2018
Sistema Integrado de Autuação e Automatização por Completo da Pesquisa de Prevenção (SIAP)	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2017
Projeto de Adequação da Ferramenta de BI às Necessidades da 1ª Região	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2017
Estratégia de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região – PrETI-JF1	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2017
Reestruturação da Secretaria de Controle Interno e elaboração de modelo para as unidades correlatas nas seccionais	● (verde)	Em andamento no prazo	Jul/2017
Implantação do sistema SERH do TRF4 na Justiça Federal da Primeira Região	● (verde)	Em andamento no prazo	Dez/2019
ePrecWeb	● (verde)	Em andamento no prazo	Mai/2017
Processamento Inteligente de Demandas Judiciais - Procin-Jud	● (verde)	Em andamento no prazo	Mai/2019
Regulamentação do Quantitativo Padrão de Equipamentos de Microinformática na JF1	● (cinza)	A iniciar	A ser informado

Por fim, a Diretora da Secge, representando o Diretor-Geral, agradeceu a presença dos membros do comitê, e foi dada por encerrada a presente reunião.

5. Próximas providências, conforme recomendações do Cipe-TRF1

Providências	Responsável	Data Limite
Definir o critério para escolha das unidades responsáveis em projetos futuros que envolvam sistemas de TI	Membros do Cipe-TRF1	

Esclarecer a definição do escopo do projeto que está na carteira de iniciativas estratégicas e que envolve a obra da nova sede do TRF 1ª Região	Dieng, Divob, Diges	
Atualizar a carteira de iniciativas estratégicas do TRF 1ª Região	Diple	
Submeter ao CGER-TRF1 as propostas do Plano de Ação 2018 - TRF1 para aprovação	Diges	
Marcar reunião com os respectivos gerentes de projeto a fim de buscar soluções visando alavancar o andamento dos projetos com farol amarelo/vermelho	Gestores e Diretores das Unidades proponentes	
Elaborar e/ou atualizar Termos de Abertura de Projeto e demais documentos referentes aos projetos integrantes do Plano de Ação 2018 - TRF1	Unidades proponentes	
Revisar cronograma de visitas às unidades para disseminação do Planejamento Estratégico, de acordo com o Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	Diple	

Os participantes listados concordam com os termos desta Ata.



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Luiz de Moraes, Chefe de Assessoria II**, em 03/04/2017, às 11:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adelson Vieira Torres, Diretor(a) de Secretaria em exercício**, em 03/04/2017, às 11:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Galébio de Aguiar Rocha, Diretor(a) de Secretaria em exercício**, em 03/04/2017, às 11:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Alves de Miranda, Oficial de Gabinete**, em 03/04/2017, às 13:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Amorim de Sousa, Secretário(a) Executivo(a)**, em 03/04/2017, às 14:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Cezário Corrêa, Diretor(a) de Secretaria**, em 03/04/2017, às 15:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ionice de Paula Ribeiro, Diretor(a) de Secretaria**, em 03/04/2017, às 15:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio da Silva Albuquerque, Diretor(a) de Centro**, em 04/04/2017, às 09:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marília André da Silva Meneses Graça, Diretor(a) de Secretaria**, em 05/04/2017, às 19:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Barbosa Andrade, Diretor(a) de Secretaria**, em 22/04/2017, às 13:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wânia Maritíça Araújo Vieira, Diretor(a) de Secretaria**, em 26/04/2017, às 15:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Desembargador Federal - Diretor da ESMAF**, em 12/06/2017, às 17:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **3793127** e o código CRC **8A20842E**.